

Uma análise da relação entre julgamento moral, racismo e ativismo

Un análisis de la relación entre juicio moral, racismo y activismo

An analysis of the relationship between moral judgment, racism, and activism

Paula Zini Moreira Aresi¹
Pollyana de Lucena Moreira²

Recibido: 28 de junio del 2022

Aprobado: 10 de abril de 2023

Publicado: 10 de julio de 2023

Cómo citar este artículo:

Aresi, P. Z. M. y Moreira, P. L. (2022). Uma análise da relação entre julgamento moral, racismo e ativismo. *Pensando Psicología*, 18(2), 1-21.
doi: <https://doi.org/10.16925/2382-3984.2022.02.02>

Artículo de Investigación. <https://doi.org/10.16925/2382-3984.2022.02.02>

¹ Universidade Federal do Espírito Santo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6444-8432>

² Universidade Federal do Espírito Santo

Correo electrónico: pollyana.moreira@ufes.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3783-0924>



Resumo

Esta pesquisa, que possui um delineamento quantitativo, buscou investigar a relação entre o julgamento moral e a ação política para redução do preconceito na sociedade, dando-se destaque ao ativismo político e ao racismo moderno. Partiu-se da ideia de que o julgamento moral está ligado às concepções que as pessoas possuem sobre a realidade social e sobre seus diferentes grupos e que tais concepções podem afetar o modo como as pessoas agem politicamente, ou sua intenção de agir. Participaram desta pesquisa 130 brasileiros (as) que responderam um formulário virtual, desenhado para avaliar o julgamento moral, o racismo moderno, a ideologia política, a disposição para executar ações para a redução do preconceito e promoção da diversidade e a intenção de engajamento em ações políticas na forma de ativismo. Os dados foram analisados por meio do IBM SPSS, sendo verificado que o julgamento moral convencional esteve relacionado com o conservadorismo político, com um maior índice de racismo e com uma menor disposição para o engajamento em ações políticas voltadas para a redução do preconceito e promoção da diversidade. Da mesma forma, observou-se que este julgamento se relaciona com uma menor intenção de engajamento em ações ativistas, mesmo aquelas voltadas para a defesa do próprio grupo. A partir dos resultados, pode-se concluir que, formas qualitativamente distintas de julgamento moral, ao nível do pensamento individual, estão associadas a formas qualitativamente distintas de se pensar a sociedade e de agir nela.

Palavras-chave: Ativismo, ideologia política, moralidade, racismo.

Resumen

Esta investigación, que tiene un diseño cuantitativo, buscó indagar en la relación entre el juicio moral y la acción política para reducir los prejuicios en la sociedad, centrándose en el activismo político y el racismo moderno. Partió de la premisa de que el juicio moral está vinculado a las concepciones que las personas tienen sobre la realidad social y sus diversos grupos, y que estas concepciones pueden afectar la forma en que las personas actúan políticamente o su intención de hacerlo. En este estudio participaron 130 brasileños, quienes completaron un formulario virtual diseñado para evaluar el juicio moral, el racismo moderno, la ideología política, la disposición a tomar medidas para reducir los prejuicios y promover la diversidad, así como la intención de participar en acciones políticas en forma de activismo. Los datos se analizaron utilizando IBM SPSS y se encontró que el juicio moral convencional estaba relacionado con el conservadurismo político, una mayor tendencia al racismo y una menor disposición a participar en acciones políticas destinadas a reducir los prejuicios y fomentar la diversidad. Además, se observó que este juicio moral se relaciona con una menor intención de llevar a cabo acciones activistas, incluso aquellas dirigidas a defender al propio grupo. En resumen, los diferentes enfoques cualitativos del juicio moral individual están asociados con distintas formas de pensar sobre la sociedad y actuar en ella.

Palabras clave: Activismo, ideología política, moralidad, racismo.

Abstract

This research, which has a quantitative design, sought to investigate the relationship between moral judgment and political action to reduce prejudice in society, emphasizing political activism and modern racism. It started from the idea that moral judgment is linked to the conceptions that people have about social reality and about their distinct groups, and that such conceptions can affect the way people act politically, or their intention to act. A total of 130 Brazilians participated in this research, who answered an online form with measures that aimed to assess moral judgment, modern racism, political ideology, willingness to take actions to reduce prejudice and promote diversity, and the intention to engage in political action in the form of activism. Data were analyzed using IBM SPSS and it was found that conventional moral judgment was related to political

conservatism, with a higher rate of racism and a lower willingness to engage in political actions aimed at reducing prejudice and promoting diversity, and with a lower intention of engaging in activist actions, even those aimed at defending the group itself. Based on the results, it can be concluded that qualitatively different forms of moral judgment, at the level of individual thinking, are associated with qualitatively different ways of thinking about society and acting in it.

Keywords: Activism, political ideology, morality, racism.

Introdução

No Brasil, há mais de 30 anos vigora a Lei n. 7.716, de 1989, que definiu os crimes resultantes de preconceito contra raça ou cor da pele. Também, o crime de injúria racial, caracterizado como uma ofensa à dignidade de uma pessoa baseada, entre outros elementos, em sua raça ou cor, está previsto no artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal (Decreto-lei n. 2.848, 1940). Mesmo com tais medidas legais, não são raros os casos flagrantes de preconceito e discriminação racial noticiados pela mídia. Lima (2020) destaca que a expressão individual do racismo é orientada por estereótipos e crenças depreciativas sobre pessoas negras. Desse modo, a decisão de enfrentar um ato racista pode ter como base aquilo que as pessoas julgam ser o certo a se fazer em situações nas quais as categorias sociais se tornam relevantes para a interação intergrupar.

De acordo com Kohlberg (1984), julgamentos sobre situações sociais, quando pautados em reflexões deontológicas, podem ser chamados de julgamentos morais, que consistem em avaliações sobre situações sociais pautadas em princípios de justiça como a igualdade e a reciprocidade. A proposta de desenvolvimento moral de Kohlberg foi elaborada a partir de estudos longitudinais por meio dos quais foram identificados três níveis de julgamento moral: pré-convencional, convencional e pós-convencional.

Ao longo desses três níveis de julgamento moral, observa-se o julgamento de situações sociais e a tomada de decisões pautada em princípios de justiça que partem inicialmente de reflexões egocêntricas e que visam o benefício do próprio indivíduo (nível pré-convencional); passando para avaliações e tomadas de decisões pautadas na reflexão sobre a perspectiva dos grupos de referência e sobre como esse grupo avaliaria a decisão tomada, tendo como base essa pertença grupal (nível convencional); e atingindo, por fim, reflexões mais complexas, pautadas numa compreensão mais elaborada sobre valores relacionados aos direitos humanos e desconsiderando, em certo modo, a pertença grupal como um fator determinante dos julgamentos (nível pós-convencional). As diferentes concepções de justiça presentes

em cada nível citado envolvem ainda percepções diferentes sobre os padrões sociais, assim como a aplicação destes nas relações intergrupais (Moreira, Rique, Sabucedo & Camino, 2018).

Os julgamentos morais funcionam ainda como norteadores das ações na sociedade, não sendo exclusivamente responsáveis por elas (Kohlberg & Candee, 1984; Moreira et al., 2018). Desse modo, as concepções que as pessoas possuem sobre a realidade social e sobre seus diferentes grupos estão associadas ao julgamento moral, e tais concepções afetam o modo como elas agem politicamente na sociedade (Moreira et al., 2018). Ainda que a ação das pessoas na sociedade não possa ser inteiramente explicada pelo julgamento moral, uma vez que envolve outras variáveis, como a identidade social, ideologia política, atitudes sociais e qualidade das relações intergrupais (van Zomeren, Postmes & Spears, 2008), a literatura há décadas tem ressaltado o papel da moralidade como um dos elementos motivadores da ação, incluindo a ação política (Blasi, 1980; Candee, 1976; Candee & Kohlberg, 1987; Kohlberg & Candee, 1984; Moreira et al., 2018; Muhlberger, 2000; Nassi, Abramowitz & Youmans, 1983; Posada & Vargas-Trujillo, 2015; van Zomeren, Postmes & Spears, 2012). Portanto, tendo em vista a relação entre moralidade e ação política, tem-se como objetivo investigar como estas duas variáveis se relacionam com o racismo.

A ação política consiste em qualquer ação empreendida por indivíduos ou grupos a fim de atingir objetivos específicos em um determinado contexto social ou político (van Zomeren, 2016) e, como um exemplo de ação política, temos o ativismo. Segundo Curtin e McGarty (2016), ativistas são pessoas que agem em favor de causas políticas ou sociais, inclusive através da mobilização de movimentos sociais e do recrutamento de outras pessoas para a causa. Desse modo, é notória a importância de um comprometimento social e moral de várias pessoas direcionado a uma causa para que mudanças sociais ocorram, sejam essas pessoas parte do grupo que sofre com injustiças, ou membros do grupo dominante, que atuam como aliados de minorias sociais (Ostrove & Brown, 2018; Russell & Bohan, 2016; Thomas, McGarty & Mavor, 2009; Van Zomeren, 2015).

Sobre as formas de ativismo, Moskalkenko e McCauley (2009) apresentam duas possibilidades: o que eles chamaram de ativismo propriamente dito, que consiste num tipo de ação política não violenta e cujas ações ocorrem dentro da legalidade; e o radicalismo ou ativismo de alto risco, um tipo de ação política que pode se tornar violenta e ocorrer fora do âmbito legal.

Ainda sobre o ativismo, a literatura tem ressaltado o papel de valores e princípios morais enquanto elementos importantes, tanto para a caracterização dos ativistas como para a motivação para suas ações no enfrentamento de preconceitos e

para a promoção da igualdade (Ostrove & Brown, 2018; Russell, 2011; Russell & Bohan, 2016). Desse modo, assumimos que ações ativistas praticadas por movimentos sociais estão fundamentadas na percepção de que o preconceito e a discriminação representam violações de direitos humanos e de princípios de justiça. Portanto, um dos motivos que levariam um indivíduo a se tornar ativista estaria relacionado à forma como ele entende e interpreta o mundo social, baseando-se em suas concepções de justiça, isto é, na sua moralidade (Damon & Colby, 2015).

Além da moralidade, uma importante variável capaz de fornecer pistas para a compreensão da ação das pessoas na sociedade é a ideologia, que foi definida por Piaget (1965) como um conjunto de crenças e valores que, inicialmente individuais, são reelaborados e compreendidos a partir de trocas sociais, passando a representar o pensamento social de um grupo.

Para autores como Freedman (1994) e Rosenberg (1988), a ideologia possui um caráter político, isto é, para além de organizações partidárias, a ideologia diz respeito ao conjunto de valores aplicados às reflexões sobre as formas de organização social. Ao considerar o espectro ideológico conservadorismo-igualitarismo, o julgamento moral convencional estaria ligado a uma ideologia mais conservadora da organização social, visto que esse tipo de pensamento valoriza a obediência à autoridade e às normas e regras; enquanto o julgamento moral pós-convencional estaria associado a posicionamentos mais igualitários sobre a organização social, pautados nas noções de cooperação, igualdade e respeito aos direitos individuais e sociais (Moreira & Rique, 2019).

É nesta coexistência de diferentes valores e ideologias numa mesma sociedade que conflitos intergrupais surgem e são expressos de vários modos, a exemplo de situações de racismo. Lima (2020) e Lima e Vala (2004) apresentaram o racismo como uma hierarquização e uma inferiorização de determinados indivíduos e grupos que decorre da percepção de que diferenças físicas reais, como a cor da pele, produzem uma determinação natural de habilidades sociais e culturais destes indivíduos e do seu grupo. Dentre as formas de expressão do racismo, Lima e Vala (2004) destacam o racismo moderno, que ocorre, sobretudo, em contextos que possuem normas que inibem a expressão do racismo.

A teoria do racismo moderno foi proposta por McConahay (1986) e apresenta essa forma de racismo estando pautado na crença de que a discriminação de pessoas negras não mais existiria, uma vez que pessoas negras estão ascendendo economicamente, conquistando o que desejam e ocupando lugares nos quais não são bem-vindas. Além disso, no racismo moderno defende-se a ideia de que as

conquistas de pessoas negras seriam injustas e não merecidas porque elas teriam benefícios na sociedade pelo simples fato de serem negras.

A literatura tem indicado uma relação do racismo e de outras formas de preconceito com a ideologia política, considerando sobretudo o papel do conservadorismo político (Hoyt, Morgenroth & Brunette, 2019; Rocha, Lima & Ferrugem, 2021; Monroe & Plant, 2019; Sears & Henry, 2003; Souza, 2020; Terrizzi, Shook & Ventis, 2010; van Hiel, 2012) e com a moralidade (Barnett, Öz & Marsden, 2018; Barnett, Maciel & Sligar, 2020). Especialmente com relação à moralidade, Barnett, Maciel e Sligar (2020) indicam que o preconceito não se baseia apenas na qualidade das relações intergrupais, mas também em diferenças individuais relativas à moralidade, como os fundamentos morais e a ênfase dada a certos valores morais. Também defendendo a importância de variáveis cognitivas e individuais, outros autores relataram que o nível de julgamento moral afeta a capacidade de compreender e aceitar diferenças intergrupais (Gerson & Neilson, 2014), tendo implicações no preconceito generalizado (McFarland, 2010).

Nesse sentido, considerando a relação apresentada entre julgamento moral e ação política (Moreira et al., 2018), assume-se que julgamentos morais de maior complexidade, a exemplo dos julgamentos morais pós-convencionais, conforme apresentado por Kohlberg (1984), podem estar associados a ações políticas voltadas para a redução do preconceito e para a promoção da diversidade devido à valorização da equidade e de princípios relativos à defesa dos direitos humanos; enquanto que para julgamentos morais menos complexos, esse tipo de relação pode não ser observada devido à valorização da manutenção do status quo e de uma estrutura social hierárquica. Portanto, considerando que a literatura indica que o julgamento moral não é capaz de explicar sozinho o engajamento em ações políticas, e considerando a relação entre julgamento moral e ideologia política verificada na literatura, o objetivo desta pesquisa é verificar como estas variáveis explicam o racismo, o engajamento em ações políticas voltadas para a redução do preconceito e promoção da diversidade e o ativismo político.

Método

Participantes

Participaram desta pesquisa 130 pessoas, sendo 80 mulheres (61,5%) e 50 homens (38,5%), com idade mínima de 18 anos e máxima de 85 ($M=30,99$; $DP=10,77$). A amostra foi composta por residentes de todas as regiões do Brasil, exceto da região norte, com maior representação dos estados do Espírito Santo (41,5%) e da Paraíba (25,4%).

Quanto ao nível de escolaridade, 53 participantes (40,8%) indicaram possuir nível superior completo e 45 (30,6%) indicaram ter o ensino médio completo. Sobre a renda familiar dos participantes, 43 (33,1%) indicaram receber de um a três salários-mínimos (entre R\$ 1.045,00 e R\$ 3.135,00); 32 (24,6%), de cinco a dez salários-mínimos (R\$ 5.225,00 a 10.450,00); e 27 (20,8%), de três a cinco salários-mínimos (R\$ 3.135,00 a R\$ 5.225,00). Uma análise *post-hoc* do poder do delineamento aqui adotado, usando o G*Power, indicou um poder de 99,9% de detectar um tamanho do efeito mínimo, equivalente a um *d* de Cohen = 0,5.

Instrumentos

Questionário de Opiniões Sociais - DIT. Esse instrumento avalia o julgamento moral e consiste numa adaptação do Defining Issues Test (Rest et al., 1974) para o contexto brasileiro (Camino & Luna, 1989).

A versão utilizada nesta pesquisa é composta por dois dilemas morais: O Dilema de João e o Remédio (adaptação do Dilema de Heinz) e o Dilema do Prisioneiro Foragido. Cada dilema apresenta uma situação de conflito de valores e é seguido por 12 afirmativas que apresentam diferentes formas de reflexão sobre os conflitos apresentados. Para a avaliação do julgamento moral, os participantes devem ler os dilemas e indicar um grau de importância para cada uma das 12 afirmativas apresentadas em uma escala Likert que varia de “1 – Nenhuma importância” a “5 – máxima importância”. O índice de confiabilidade para esse instrumento mostrou-se satisfatório ($\alpha = 0,65$).

Escala de Ideologia Política. Essa escala é composta por 12 itens ($\alpha = 0,57$) e avalia a ideologia a partir de duas dimensões de valores políticos, “esquerda-direita” e “libertarianismo-autoritarismo” e foi elaborada por Evans et al. (1996). Para o presente estudo foi utilizada a adaptação para o contexto brasileiro realizada por Moreira (2017).

A subescala esquerda - direita é composta por cinco itens que possuem foco na ideia de igualdade (p. ex: o governo deve distribuir renda para o benefício daquelas pessoas que mais necessitam). Por sua vez, a subescala libertarianismo - autoritarismo é composta por sete itens que expressam valores tradicionais e conservadores (p. ex: a lei deve ser sempre obedecida, ainda que não pareça justa.) Para as duas subescalas os respondentes devem indicar o quanto concordam com os itens apresentados numa escala do tipo Likert de cinco pontos variando de “1- Discordo completamente” a “5- Concordo completamente”.

Escala de Racismo Moderno. Essa medida foi elaborada por McConahay et al. (1981) e para o presente estudo foi utilizada a adaptação para o contexto brasileiro de Santos et al. (2006). A escala contém 14 itens ($\alpha = 0,84$) e possui uma estrutura bifatorial, sendo seus fatores denominados Negação do Preconceito, com nove itens, e Afirmação das Diferenças, com cinco itens. O primeiro fator avalia a negação da existência do preconceito considerando esse um artifício que tem favorecido pessoas negras (p. ex: eles têm conseguido mais do que merecem). Já o segundo fator revela o racismo a partir da afirmação de que pessoas negras possuem especificidades que as diferenciam de outros grupos (p. ex: possuem uma beleza diferente). Esses itens são respondidos numa escala do tipo Likert que varia de "1- Discordo completamente" a "7- Concordo completamente".

Escala de Importância e Disposição para a Execução de Ações. Essa medida, elaborada por Nagda et al. (2004), e adaptada para o presente estudo pelas autoras, avalia a importância atribuída para a realizar ações voltadas para reduzir o próprio preconceito, para interromper comportamentos opressores de terceiros e promover a diversidade.

Essa medida é composta por duas subescalas: Redução de Preconceito ($\alpha = 0,90$) e Promoção da Diversidade ($\alpha = 0,85$). A subescala de redução de preconceito é composta por seis itens que apresentam comportamentos direcionados à redução do próprio preconceito (p. ex: eu penso sobre o impacto dos meus comentários e ações antes de falar ou agir). A subescala de promoção da diversidade é composta por cinco itens que apresentam ações direcionadas para a interrupção de comportamentos opressores (p. ex: eu confronto as pessoas quando elas fazem comentários preconceituosos sobre raça, etnia e sexualidade). Para cada item os participantes devem indicar um nível de concordância numa escala do tipo Likert que varia de "1- Discordo completamente" a "5- Concordo completamente".

Escala de Intenções de Engajamento Ativista. Essa escala, elaborada por Moskalenko e McCauley (2009) e adaptada para o contexto brasileiro por Moreira (2017), avalia a intenção de engajamento em ações políticas na forma de ativismo e é composta por oito itens divididos em duas subescalas: ativismo ($\alpha=0,90$) e radicalismo ($\alpha=0,91$).

A primeira subescala possui quatro itens que apresentam exemplos de ações ativistas de baixo risco individual (p. ex: me uniria a uma organização que luta pelos direitos políticos e legais do meu grupo). A segunda subescala possui quatro itens que apresentam exemplos de ações ativistas de alto risco individual (p. ex: participaria de um protesto contra a opressão a meu grupo, inclusive se pensasse que o protesto poderia se tornar violento). Para cada item os participantes devem indicar um grau

de concordância numa escala Likert que varia de “1– Discordo completamente” a “7– Concordo completamente”.

Questionário Sociodemográfico. Essa medida foi composta por questões cuja finalidade era caracterizar a amostra. Foram incluídas perguntas sobre idade, gênero, escolaridade e estado de domicílio.

Procedimentos

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAEE: 33452020.0.0000.5542) e atendeu a todas as recomendações das Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, além das recomendações do Ofício Circular nº 2/2021/ CONEP/SECNS/MS sobre pesquisas em ambiente virtual. Os dados foram coletados de forma *on-line* por meio de um link elaborado no *Google Forms* e divulgado nas redes sociais das autoras (*Twitter*, *Facebook* e *Instagram*); em um aplicativo de troca de mensagens (*Whatsapp*); e por *e-mail*, a partir da lista de contato das autoras.

O link divulgado continha o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, seguido dos instrumentos da pesquisa. Ao final da pesquisa foi solicitado aos/às participantes que compartilhassem o link com suas redes de contato. Os dados foram analisados com auxílio do IBM SPSS *Statistics* (versão 20), por meio do qual foram efetuados levantamentos de frequências e de médias, e análises de correlação.

Resultados

Uma análise exploratória foi realizada com o objetivo de obter as médias e os desvios padrões das variáveis de interesse deste estudo. A partir destas análises, verificou-se uma maior média para o julgamento moral pós-convencional ($M_{JMPc} = 3,47$; $DP = 0,65$), quando comparado com o julgamento moral convencional ($M_{JMc} = 3,28$; $DP = 0,44$; $t_{(129)} = 3,043$; $p = 0,003$; $d = 0,34$). Com relação à ideologia política, a média verificada para a ideologia política igualitária ($M = 4,25$; $DP = 0,58$) foi superior e significativamente diferente da média verificada para a ideologia política conservadora ($M = 2,53$; $DP = 0,91$; $t_{(129)} = 16,05$; $p < 0,001$; $d = 2,25$).

Com relação à avaliação do racismo, foram verificadas médias baixas tanto para a dimensão negação do preconceito ($M = 1,98$; $DP = 1,15$) quanto para a dimensão afirmação da diferença ($M = 2,20$; $DP = 1,38$), não tendo sido verificada uma diferença significativa entre as duas médias ($t_{(129)} = -1,94$; $p = 0,05$).

No que diz respeito às variáveis de redução do preconceito e promoção da diversidade, verificou-se uma maior média para a redução do preconceito ($M = 4,47$; $DP = 0,76$), sendo esta média significativamente diferente daquela verificada para a promoção da diversidade ($M = 4,01$; $DP = 0,93$; $t_{(129)} = 6,71$; $p < 0,001$; $d = 0,54$). Por fim, com relação à ação política, verificou-se uma maior média para a intenção de engajamento em ações ativistas de baixo risco ($M = 5,11$; $DP = 1,63$), sendo esta significativamente diferente da média verificada para a intenção de engajamento em ações ativistas de alto risco ($M = 3,21$; $DP = 1,94$; $t_{(129)} = 11,78$; $p < 0,001$; $d = 1,06$).

Com o objetivo de verificar a associação entre as variáveis deste estudo, foi realizada uma análise de correlação de Pearson, cujos resultados seguem apresentados na Tabela 1. Quanto ao julgamento moral convencional, observaram-se correlações positivas e significativas com a ideologia política conservadora, com as duas dimensões que avaliam o racismo (negação do preconceito e afirmação da diferença). Para esse tipo de julgamento moral não foram encontradas associações significativas como as ações voltadas para a redução do preconceito e promoção da diversidade, nem para as ações ativistas de alto ou de baixo risco. Para o julgamento moral pós-convencional foram verificadas correlações positivas e significativas com a ideologia política igualitária, com a dimensão do racismo afirmação da diferença, com as ações voltadas para a redução do preconceito e promoção da diversidade e com as ações ativistas de baixo e de alto risco. Para esse tipo de julgamento moral não foram encontradas associações significativas com a negação do preconceito nem com a ideologia política conservadora.

No que concerne à ideologia política, verificaram-se para a ideologia política igualitária associações positivas e significativas com a redução do preconceito, com a promoção da diversidade e com o ativismo de baixo e de alto risco. Verificou-se ainda uma correlação negativa e significativa deste tipo de ideologia política com a negação do preconceito. Relativo à ideologia política conservadora, foram verificadas correlações positivas e significativas com a negação do preconceito e com a afirmação da diferença. Correlações negativas e significativas foram verificadas entre a ideologia política conservadora e a redução do preconceito, a promoção da diversidade e os ativismos de baixo risco e de alto risco.

Tabela 1. Índices de correlação de Pearson

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. JMC	-								
2. JMPC	0,201*	-							
3. IPI	0,000	0,473**	-						
4. IPC	0,332**	0,013	-0,302**	-					
5. NP	0,393**	0,026	-0,210*	0,621**	-				
6. AD	0,256**	0,195*	0,050	0,358**	0,498**	-			
7. RP	-0,018	0,306**	0,557**	-0,376**	-0,342**	0,002	-		
8. PD	-0,059	0,298**	0,559**	-0,351**	-0,245**	-0,010	0,587**	-	
9. ATI	-0,139	0,231**	0,362**	-0,383**	-0,318**	-0,168	0,504**	0,665**	-
10. RAD	-0,032	0,275**	0,389**	-0,429**	-0,087	-0,026	0,235**	0,388**	0,482**

Nota. JMC = julgamento moral convencional; JMPC = julgamento moral pós-convencional; IPI = ideologia política igualitária; IPC = ideologia política conservadora; NP = negação do preconceito; AD = afirmação da diferença; RP = redução do preconceito; PD = promoção da diversidade; ATI = ativismo de baixo risco individual; RAD = radicalismo – ativismo de alto risco individual. * ($p < 0,05$); ** ($p < 0,01$).

Discussão

Esta pesquisa visou investigar a relação entre julgamento moral, preconceito e ativismo político. Além das variáveis centrais para este estudo, também foram analisadas a ideologia política dos participantes e a disposição desses para executar ações voltadas para redução do preconceito e promoção da diversidade. Os resultados obtidos foram favoráveis à ideia inicial de que o julgamento moral está relacionado à ideologia política, à expressão do preconceito e à ação política, na forma de ativismo, e às ações voltadas para a redução do preconceito e da promoção da diversidade. Isto é, a partir dos resultados obtidos verificamos que formas qualitativamente distintas de julgamento moral estão associadas a formas qualitativamente distintas de se pensar sobre a sociedade e de agir nela.

Ressaltamos que ao longo do desenvolvimento moral, e com a passagem de estágios ou níveis menos complexos (pré-convencional e convencional) para os mais complexos (pós-convencional), aqueles menos complexos passam a ser menos usados, mas sua estrutura cognitiva continua presente no indivíduo. Assim, uma pessoa pode apresentar o uso dois níveis de julgamento moral para pensar sobre situações sociais que envolvem conflitos de valores diferentes, havendo a dominância de um nível mais complexo sobre um nível menos complexo em períodos de consistência do julgamento moral (Rique & Camino, 1997).

No que diz respeito à amostra do estudo, verificamos, por meio da análise das médias, uma predominância do nível pós-convencional de julgamento moral e, a partir das correlações de Pearson, verificamos uma afinidade político-ideológica com valores igualitários e com o engajamento em ações voltadas para a redução do preconceito, promoção da diversidade e em ações ativistas. Para esse tipo de julgamento moral verificou-se ainda uma correlação significativa, porém fraca, com a dimensão afirmação da diferença, que avalia o racismo.

Apesar de haver uma predominância do uso de julgamento moral pós-convencional para a amostra, foi verificado também o uso significativo do julgamento moral convencional para se pensar sobre situações sociais. Para esse tipo de julgamento moral verificou-se, por meio de análises de correlação, um alinhamento político-ideológico mais conservador e racista, não sendo verificada, por meio das correlações realizadas, uma disposição para executar ações voltadas para a redução do preconceito, promoção da diversidade ou ações ativistas, sejam elas de alto ou de baixo risco.

Sobre a relação entre moralidade e racismo, algumas considerações precisam ser feitas. Inicialmente, a partir de um levantamento realizado no Portal de Periódicos Capes, verificamos a incipiência de estudos que investigaram a relação entre estas variáveis, considerando a perspectiva moral adotada. No entanto, ao considerarmos o racismo enquanto uma atitude, ainda que este tenha elementos sociais e históricos associados à sua constituição, o que o transforma em um fenômeno que é simultaneamente individual, social e político, sua estrutura psicológica é semelhante à de outras formas de preconceito (p. ex. homofobia e sexismo). Assim, enquanto uma atitude, o racismo é formado por um conjunto de crenças depreciativas sobre pessoas negras, por emoções ou afetos negativos direcionados a esse grupo, e por uma predisposição ao comportamento direcionado às pessoas percebidas como sendo parte desse grupo, comportamento que pode ser verificado em diferentes formas de discriminação. Assim, a partir dos resultados verificados na literatura sobre a relação entre moralidade e preconceito, podemos construir conclusões sobre como se dá a relação entre moralidade e racismo encontrada no presente estudo.

Sobre a associação entre a moralidade e racismo, é possível dizer que os resultados da presente pesquisa vão em direção aos resultados encontrados por Barnett et al. (2020), que estudaram o preconceito contra minorias sexuais (gays, lésbicas e bissexuais). Esses autores verificaram que indivíduos que deram maior ênfase moral à conformidade e à lealdade ao próprio grupo apresentaram atitudes mais negativas em relação a outras minorias sexuais e à sua própria sexualidade. Já indivíduos que

deram maior ênfase moral à defesa dos direitos e interesses individuais apresentaram atitudes mais positivas sobre outras minorias sexuais e sobre sua própria sexualidade.

Também podem ser mencionados os estudos de Gerson e Neilson (2014), Glover (1994) e McFarland (2010), que observaram que o pensamento moral baseado em princípios -o equivalente ao julgamento moral pós-convencional- relacionou-se negativamente com o preconceito generalizado e positivamente com atitudes positivas em relação a minorias sociais e com abertura à diversidade, isto é, diferenças como gênero, raça e orientação sexual.

A relação entre moralidade e o pensamento político, incluindo a ideologia política, tem sido verificada na literatura há décadas (Fishkin et al., 1973; Kohlberg, 1984; Narvaez et al., 1999; Nassi et al., 1983; Rest et al., 1974). Sobre esta relação, Narvaez et al. (1999) argumentaram que o desenvolvimento do julgamento moral é acompanhado por mudanças no pensamento sobre a sociedade, de tal modo que à medida que o indivíduo muda sua atitude em relação à autoridade e às normas (isto é, passa do nível convencional para o pós-convencional do julgamento moral), ele constrói novos significados sobre os fenômenos sociais, mudando também suas atitudes políticas.

Mais recentemente, as pesquisas de Moreira et al. (2018) e Moreira e Rique (2019) corroboraram a ideia de que diferenças no julgamento moral, segundo Kohlberg (1984), estão relacionadas a diferenças no posicionamento político-ideológico. Nesses estudos, indivíduos com julgamento moral convencional apresentaram uma ideologia representada por ideais mais conservadores e tradicionais, enquanto indivíduos com julgamento moral pós-convencional apresentaram uma ideologia representada por princípios mais liberais e igualitários. Portanto, os resultados desta pesquisa vão ao encontro da literatura da área, que demonstra a associação entre o julgamento moral e a ideologia política.

Estudos prévios também apresentaram uma relação entre conservadorismo e preconceito (Hoyt et al., 2019; Sears & Henry, 2003; Terrizzi et al., 2010). Jost et al. (2008) diferenciam os dois polos do espectro ideológico igualitarismo-conservadorismo a partir de duas dimensões: defesa ou resistência a mudanças sociais e aceitação ou rejeição da igualdade. Nesse sentido, indivíduos que defendem ideais conservadores, em relação àqueles que defendem ideais igualitaristas, tendem a ser mais resistentes a ações para redução do preconceito. A relação positiva entre esta última variável e a ideologia política igualitária são coerentes com a própria caracterização de ambos os polos político-ideológicos, como apresentado por Jost et al. (2008).

No entanto é possível pensar na possibilidade de ação política voltada para a mudança social e para a defesa da igualdade por pessoas com um julgamento moral conservador dominante, quando as mudanças pretendidas visem defender os

valores desse grupo e o modo como pensa sobre a organização ideal da sociedade. Aqui ressaltamos que tanto as pessoas afins a uma ideologia conservadora como aquelas que a uma ideologia igualitária defendem, em algum nível, a promoção da igualdade, havendo, entretanto, uma diferença no modo como esses grupos concebem a igualdade. No conservadorismo essa igualdade pode estar estruturada a partir do que grupos sociais dominantes indicam como padrão social e cultural, sem haver uma reflexão sobre as diferentes condições sociais e históricas de existência de diferentes minorias (p. ex. negros, comunidade LGBTQIA+, e mulheres). Por outro lado, no viés igualitário a noção de igualdade pode se aproximar da noção de equidade, considerando as diferentes condições sociais e históricas de existência de grupos minorizados, que geram diferentes necessidades sociais.

Assim, a partir dos resultados encontrados é possível supor que a promoção de uma mudança social profunda na sociedade, que vise a promoção da igualdade social em sua forma mais complexa, seja mais provável de ocorrer quando parte de pessoas com uma ideologia política igualitária; não havendo assim, necessariamente um avanço nas relações intergrupais, mas uma manutenção da estrutura social coerente com valores conservadores, quando essas ações partem de pessoas com ideologia política conservadora.

A relação entre moralidade, ideologia e preconceito foi apresentada parcialmente nos estudos de Barnett et al. (2018) e Monroe e Plant (2019). Diz-se parcialmente pelo fato destes autores investigaram o preconceito sexual, que é diferente do racismo, analisado na presente pesquisa. Nesses estudos, os valores morais enfatizados pelos indivíduos tiveram uma função mediadora entre a ideologia ou orientação política e o preconceito sexual. A importância atribuída pelos conservadores à estabilidade do grupo ou da sociedade pode ser um dos fatores que explica níveis mais elevados de homofobia, em comparação com os igualitaristas, que tendem a dar maior importância aos direitos de minorias.

Apesar de que os resultados da presente pesquisa indicarem correlação entre a ideologia política conservadora e as dimensões que avaliam o racismo (negação do preconceito e afirmação da diferença), sendo coerente com o que tem sido verificado na literatura (Jost, 2021; Dalmonte & Dibai, 2019), é importante considerar que o racismo e outras formas de preconceito não podem ser pensados como um fenômeno exclusivo de pessoas que defendem o conservadorismo ideológico. O que podemos afirmar a este respeito é que existe uma maior tendência de que pessoas com ideologia política conservadora apresentem ou defendam raciocínios racistas ou outras formas de preconceito. Essa ideia foi expressa por Chambers et al. (2012) e por Wetherell et al. (2013), cujos estudos verificaram que tanto igualitaristas quanto

conservadores apresentam preconceito ou apoiam a discriminação contra o grupo político-ideológico oposto. Em ambos os estudos, os autores ressaltam a dimensão do conflito de valores que são defendidos por cada um dos dois grupos para ajudar a explicar a aversão dirigida ao outro.

As demais correlações encontradas para o julgamento moral, especialmente para o nível pós-convencional, possibilitam a compreensão de que, indivíduos que atingiram esse tipo de pensamento apresentam maior disposição para reduzir o preconceito e promover a diversidade e possuem maior intenção de executar ações ativistas, tanto de baixo como de alto risco.

A associação entre ação política e aspectos pessoais relativos à moralidade tem sido assinalada pela literatura de maneira sólida (Van Zomeren, 2016; Van Zomeren et al., 2012) e, nesse sentido, cabem destaque as reflexões de Damon e Colby (2015), de Vecchione et al. (2015) e de Moreira et al. (2018). Segundo Damon e Colby (2015), o ativismo é caracterizado pelo compromisso com princípios e valores morais, além de um senso de responsabilidade para agir em conformidade com estes. Dessa forma, as ações de ativistas são orientadas pelo comprometimento moral que marca esse tipo de ação política, levando a uma coerência entre valores e ação.

Vecchione et al. (2015) observaram que valores relacionados à preocupação com o bem-estar dos outros, por exemplo, influenciaram positivamente o engajamento no ativismo político, enquanto valores que enfatizam a ordem e a resistência à mudança desencorajam as pessoas a atuarem ativamente no âmbito político. Nessa perspectiva, Moreira et al. (2018) referem-se ao julgamento moral como um fator latente do pensamento individual sobre situações sociais e sobre a intenção de engajamento no ativismo.

Ainda sobre o ativismo, verificou-se no presente estudo que o ativismo, seja de alto risco ou de baixo risco, está associado a um alinhamento à ideologia política igualitária, em oposição ao conservadorismo. Gloria Filho e Modesto (2019) encontraram resultados semelhantes em sua pesquisa, em que indivíduos “de esquerda” apresentaram maiores níveis de ativismo político e de radicalismo quando comparados com indivíduos “de direita”. Acerca da associação verificada entre as duas formas de ativismo e redução do preconceito e promoção da diversidade, pode-se inferir a possibilidade de os participantes compreenderem que as ações individuais voltadas para reduzir o preconceito, seja próprio ou de terceiros, são formas de ativismo político.

O ativismo de baixo risco correlacionou-se negativamente com a dimensão negação do preconceito, indicando que quanto maior o ativismo, menor é a negação da existência do preconceito. Esse resultado é compatível com o estudo de Curtin et al. (2016), em que alguns participantes relataram que seu ativismo foi importante no

sentido de dar mais atenção às desigualdades estruturais e tomar consciência de seus próprios privilégios.

Por fim, ressaltamos que esta pesquisa buscou ampliar a compreensão sobre a relação entre o julgamento moral e a ação política voltada para a redução do preconceito, dando destaque ao ativismo político. Ancorado na perspectiva kohlberguiana sobre o julgamento moral, este estudo incluiu uma medida de ideologia política, assim como medidas de racismo e de ativismo político, a fim de cumprir com seu objetivo geral. Como resultado principal, verificamos que níveis diferentes de julgamento moral estão relacionados a formas diferentes de se pensar a sociedade e de agir nela. Mais especificamente, os níveis de racismo ou de disposição para executar ações de redução do preconceito, incluindo aquelas na forma de ativismo político, estão associados ao julgamento moral.

Destacamos como limitação deste estudo o fato de não termos uma amostra grande o suficiente para analisar o efeito do julgamento moral e da ideologia política, considerando os estágios dominantes dos participantes dentro de cada nível de julgamento moral, conforme apresentado por Rique e Camino (1997), no racismo e no ativismo. Estas análises poderiam favorecer um maior detalhamento da relação entre pensamento e ação na atualidade. Portanto, sugere-se que pesquisas futuras possam se aprofundar na análise de predição entre essas variáveis, de modo que contribuam para a compreensão sobre como se relacionam o pensamento individual na forma de julgamento moral e a ação política. Por fim, espera-se que os resultados obtidos nesta pesquisa possam dar suporte à idealização de projetos de intervenção com diferentes públicos visando à redução do racismo e de outras formas de preconceito na sociedade.

Referências

- Barnett, M. D., Maciel, I. V., & Sligar, K. B. (2020). Moral Foundations, Sexual Prejudice, and Outness Among Sexual Minorities. *Sexuality & Culture*, 24, 1387–1396. <https://doi.org/10.1007/s12119-019-09689-1>
- Barnett, M. D., Öz, H., & Marsden, A. D. (2018). Economic and Social Political Ideology and Homophobia: The Mediating Role of Binding and Individualizing Moral Foundations. *Archives of sexual behavior*, 47(4), 1183–1194. <https://doi.org/10.1007/s10508-017-0989-2>
- Blasi, A. (1980). Bridging moral cognition and moral action: a critical review of the literature. *Psychological Bulletin*, 88(1), 1-45. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.88.1.1>

- Camino, C. P. S., & Luna, V. (1989). Reformulação e Adaptação do Defining Issues Test (DIT). *Congresso Interamericano de Psicologia*, Buenos Aires, Argentina, 22.
- Candee, D. (1976). Structure and choice in moral reasoning. *Journal of Personality and Social Psychology*, 34(6), 1293-1301. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.34.6.1293>
- Candee, D., & Kohlberg, L. (1987). Moral Judgment and Moral Action: A Reanalysis of Haan, Smith, and Block's (1968) Free Speech Movement Data. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52(3), 554-564. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.52.3.554>
- Chambers, J. R., Schlenker, B. R., & Collisson, B. (2012). Ideology and Prejudice: The Role of Value Conflicts. *Psychological Science*, 24(2) 140-149. <https://doi.org/10.1177/0956797612447820>.
- Curtin, N., Kende, A., & Kende, J. (2016). Navigating Multiple Identities: The Simultaneous Influence of Advantaged and Disadvantaged Identities on Politicization and Activism. *Journal of Social Issues*, 72(2), 264-285. <https://doi.org/10.1111/josi.12166>
- Curtin, N., & McGarty, C. (2016). Expanding on Psychological Theories of Engagement to Understand Activism in Context(s). *Journal of Social Issues*, 72(2), 227-241. <https://doi.org/10.1111/josi.12164>
- Dalmonte, E., & Dibai, P. (2019). A direita radical “bolsonarista”: da aporofobia à defesa da memória de regimes de exceção. *Idées d'Amérique*, (14). <https://doi.org/10.4000/ideias.6895>
- Damon, W., & Colby, A. (2015). *The power of ideals: The real story of moral choice*. New York: Oxford University Press.
- Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Artigo 140, Código Penal. Recuperado de <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/injuria-racial>
- Dixon, J., Durrheim, K., Stevenson, C., & Huseyin, C. (2016). From prejudice reduction to collective action: Two psychological models of social change (and how to reconcile them). In C. G. Sibley and F. K. Barlow (Eds). *Cambridge Handbook of the Psychology of Prejudice* (pp. 481-499). Cambridge: Cambridge University Press.
- Evans, G., Heath, A., & Lalljee, M. (1996). Measuring left-right and libertarian authoritarian values in the British electorate. *British Journal of Social Psychology*, 47(1), 93-113. <http://doi.org/10.2307/591118>

- Fishkin, J., Keniston, K., & MacKinnon, C. (1973). Moral reasoning and political ideology. *Journal of Personality and Social Psychology*, 27(1), 109-119. <https://doi.org/10.1037/h0034434>
- Freeden, M. (1994). Political Concepts and Ideological Morphology. *The Journal of Political Philosophy*, 2(2), 140-164. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9760.1994.tb00019.x>
- Gerson, M. W., & Neilson, L. (2014). The Importance of Identity Development, Principled Moral Reasoning, and Empathy as Predictors of Openness to Diversity in Emerging Adults. *SAGE Open*, 4(4). <https://doi.org/10.1177/2158244014553584>
- Gloria Filho, M., & Modesto, J. G. (2019). Morality, Activism and Radicalism in the Brazilian Left and the Brazilian Right. *Trends in Psychology*, 27(3), 763-777. <https://doi.org/10.9788/TP2019.3-12>
- Glover, R. J. (1994). Using moral and epistemological reasoning as predictors of prejudice. *The Journal of Social Psychology*, 134(5), 633-640. <https://doi.org/10.1080/00224545.1994.9922993>
- Hoyt, C. L., Morgenroth, T., & Burnette, J. L. (2019). Understanding sexual prejudice: The role of political ideology and strategic essentialism. *Journal of Applied Social Psychology*, 49(1), 3-14. <https://doi.org/10.1111/jasp.12560>
- Jost, J. T. (2021). *Left and Right: The Psychological Significance of a Political Distinction*. Oxford University Press.
- Jost, J. T., Nosek, B. A., & Gosling, S. D. (2008). Ideology: its resurgence in social, personality, and political psychology. *Perspectives on Psychological Science*, 3(2), 126-136. <https://doi.org/10.1111/j.1745-6916.2008.00070.x>
- Kohlberg, L. (1984). *Essays on Moral Development* (Vol. 2: The Psychology of Moral Development.). San Francisco: Harper & Row.
- Kohlberg, L., & Candee, D. (1984). The Relationship of Moral Judgment to Moral Action. In L. Kohlberg. *Essays on Moral Development* (vol. 2). The Psychology of Moral Development, pp. 498-581). New York: Haper & Row.
- Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989*. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm
- Lima, M. E. O. (2020). *Psicologia social do preconceito e do racismo*. São Paulo: Blucher.
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de psicologia (Natal)*, 9, 401-411. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000300002>

- McConahay, J. B., Hardee, B. B., & Batts, V. (1981). Has racism declined in America? It depends on who is asking and what is asked. *Journal of Conflict Resolution*, 25, 563-579. <https://doi.org/10.1177/002200278102500401>
- McFarland, S. (2010). Authoritarianism, Social Dominance, and Other Roots of Generalized Prejudice. *Political Psychology*, 31(3), 453-47. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2010.00765.x>
- Monroe, A. E., & Plant, E. A. (2019). The dark side of morality: Prioritizing sanctity over care motivates denial of mind and prejudice toward sexual outgroups. *Journal of experimental psychology*, 148(2), 342-360. <https://doi.org/10.1037/xge0000537>
- Moreira, P. L. (2017). O Julgamento Moral e a Construção da Ação Política (Tese de doutorado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB, Brasil.
- Moreira, P. L., Rique Neto, J., Sabucedo, J. M., & Camino, C. P. S. (2018). Moral Judgment, political ideology, and collective action. *Scandinavian Journal of Psychology*, 59, 610-620. <https://doi.org/10.1111/sjop.12479>
- Moreira, P. L., & Rique, J. (2019). Julgamento moral e posicionamento político-ideológico de jovens brasileiros. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(1), 54-67. <https://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARB2019v71i1p.54-67>
- Moskalenko, S., & McCauley, C. (2009). Measuring Political Mobilization: The Distinction Between Activism and Radicalism. *Terrorism and Political Violence*, 21(2), 239-260. <https://doi.org/10.1080/09546550902765508>
- Muhlberger, P. (2000). Moral Reasoning Effects on Political Participation. *Political Psychology*, 21(4), 667-695. <http://www.jstor.org/stable/3792026>
- Nagda, B. A., Kim, C. W., & Truelove, Y. (2004). Learning about difference, learning with others, learning to transgress. *Journal of Social Issues*, 60(1), 195-214. <https://doi.org/10.1111/j.0022-4537.2004.00106.x>
- Narvaez, D., Getz, I., Rest, J. R., & Thoma, S. J. (1999). Individual moral judgment and cultural ideologies. *Developmental psychology*, 35(2), 478-488. <https://doi.org/10.1037//0012-1649.35.2.478>
- Nassi, A. J., Abramowitz, S. I., & Youmans, J. E. (1983). Moral development and politics a decade later: A replication and extension. *Journal of Personality and Social Psychology*, 45(5), 1127-1135. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.45.5.1127>

- Ostrove, J. M., & Brown, K. T. (2018). Are allies who we think they are?: A comparative analysis. *Journal of Applied Social Psychology, 48*(4), 195–204. <https://doi.org/10.1111/jasp.12502>
- Pereira, C., Torres, A. R. R., & Almeida, S. T. (2003). Um Estudo do Preconceito na Perspectiva das Representações Sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 16*(1), 95-107. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722003000100010>
- Piaget, J. (1965). *Sociological Studies*. New York: Routledge.
- Posada, C. V., & Vargas-Trujillo, E. (2015). Moral Reasoning and Personal Behavior: A Meta-Analytical Review. *Review of General Psychology, 19*(4), 408-424. <https://doi.org/10.1037/gpr0000053>
- Rest, J., Cooper, D., Coder, R., Masanz, J., & Anderson, D. (1974). Judging the Important Issues in Moral Dilemmas: an objective measure of development. *Developmental Psychology, 10*(4), 491-501. <https://doi.org/10.1037/h0036598>
- Rique, J., & Camino, C. (1997). Consistency and inconsistency in adolescents' moral reasoning. *International Journal of Behavioral Development, 21*(4), 813-836. <https://doi.org/10.1080/016502597384686>
- Rocha, A. P., Lima, R. D. C. C., & Ferrugem, D. (2021). Autoritarismo e guerra às drogas: violência do racismo estrutural e religioso. *Revista Katálysis, 24*, 157-167. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75331>
- Rosenberg, S. (1988). *Reason, Ideology and Politics*. Abingdon, Oxon: Polity Press.
- Russell, G. M. (2011). Motives of heterosexual allies in collective action for equality. *Journal of Social Issues, 67*(2), 376–393. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.2011.01703.x>
- Russell, G. M., & Bohan, J. S. (2016). Institutional allyship for LGBT equality: Underlying processes and potentials for change. *Journal of Social Issues, 72*(2), 335–354. <https://doi.org/10.1111/josi.12169>
- Santos, W. S., Gouveia, V. V., Navas, M. S., Pimentel, C. E., & Gusmão, E. E. S. (2006). Escala de Racismo Moderno: adaptação ao contexto brasileiro. *Psicologia em Estudo, 11*(3), 637-645. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000300020>
- Sears, D. O., & Henry, P. J. (2003). The origins of symbolic racism. *Journal of personality and social psychology, 85*(2), 259–275. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.85.2.259>

- Souza, C. L. S. (2020). Racismo, conservadorismo e Serviço Social. *Libertas*, 20(2), 373-391.
- Terrizzi, J. A., Jr., Shook, N. J., & Ventis, W. L. (2010). Disgust: A predictor of social conservatism and prejudicial attitudes toward homosexuals. *Personality and Individual Differences*, 49(6), 587-592. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2010.05.024>
- Thomas, E., McGarty, C., & Mavor, K. (2009). Aligning Identities, Emotions, and Beliefs to Create Commitment to Sustainable Social and Political Action. *Personality and Social Psychology Review*, 13(3), 194-218. <https://doi.org/10.1177/1088868309341563>
- van Hiel, A. (2012). A psycho-political profile of party activists and left-wing and right-wing extremists. *European Journal of Political Research*, 51(2), 166-203. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2011.01991.x>
- van Zomeren, M. (2016). Building a Tower of Babel? Integrating core motivations and features of social structure into the political psychology of political action. *Political Psychology*, 37, 87-114. <https://doi.org/10.1111/pops.12322>
- van Zomeren, M. (2015). Collective action as relational interaction: A new relational hypothesis on how non-activists become activists. *New Ideas in Psychology*, 39, 1-11. <http://dx.doi.org/10.1016/j.newideapsych.2015.04.001>
- van Zomeren, M., Postmes, T., & Spears, R. (2008). Toward an integrative social identity model of collective action: a quantitative research synthesis of three socio-psychological perspectives. *Psychological Bulletin*, 134(4), 504-535. <http://doi.org/10.1037/0033-2909.134.4.504>
- van Zomeren, M., Postmes, T., & Spears, R. (2012). On conviction's collective consequences: Integrating moral conviction with the social identity model of collective action. *British Journal of Social Psychology*, 51, 52-71. <http://doi.org/10.1111/j.2044-8309.2010.02000.x>
- Vecchione, M. et al. (2015). Personal values and political activism: a cross-national study. *British Journal of Psychology*, 106(1), 84-106. <https://doi.org/10.1111/bjop.12067>
- Wetherell, G. A., Brandt, M. J., & Reyna, C. (2013). Discrimination Across the Ideological Divide: The Role of Value Violations and Abstract Values in Discrimination by Liberals and Conservatives. *Social Psychological and Personality Science* 4(6), 658-667. <https://doi.org/10.1177/1948550613476096>